

APROXIMAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO POPULAR NO MST E O BEM VIVER

APPROACH BETWEEN POPULAR EDUCATION IN THE MST AND THE BEM VIVER

Nicolle Cloé Nassur¹
Edna De Meira Coelho²

Resumo

O presente artigo discutiu as aproximações entre a Educação Popular no Movimento das e dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a proposta filosófica do Bem Viver, que tem sua origem nos povos e comunidades originários da América. O objetivo do trabalho foi realizar um diálogo entre os autores apresentados para com base neste referencial teórico construir argumentos que demonstrassem a confluência dos movimentos. Utilizando do aporte metodológico com base em revisão bibliográfica, identificou-se os seguintes pontos de conexão: o ser humano precisa de raízes e, somente, consegue produzi-las quando participa de uma coletividade sendo a relação da comunidade com natureza fundamental para os dois movimentos, ambos projetos de sociedade constituem-se como alternativas contra o poder hegemônico que alienou a relação do homem com a natureza e os movimentos, de alguma maneira, criaram meios de luta e de resistência ao poder do latifúndio e do capitalismo global, que tem origem de base colonial, por meio da luta pela terra e da defesa da natureza. Em vias de conclusão considerou-se que tanto o MST como o Bem Viver, apresentam pontos em comum em suas fundamentações teóricas e práticas de existência, sendo necessário em futuros trabalhos, aprofundar em quais pontos há um distanciamento entre eles.

Palavras-chave: Coletividade; Movimento Social; Anticolonial.

Abstract

This article discussed the approach between Popular Education in the Landless Workers Movement (MST) and a philosophical proposal of Bem Viver, which has its origins in the original peoples and communities of America. The objective of the work was to carry out a dialogue between the authors referred to, based on this theoretical framework, build arguments that demonstrate the confluence of the movements. Using the methodological support based on a literature review, the following connection points were identified: human beings need roots and only achieve them when they participate in a collectivity, with

* **Artigo Original:** Recebido em 17/10/2021 – Aprovado em 29/11/2021.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Especialista em Alternativas Educacionais (UFPR), Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB) Polo UFPR/Litoral, Professora da Rede Municipal de Ensino de Araucária, Secretaria Municipal de Educação (SMED). E-mail: nicollenassur@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2681-1648>

² Graduada em Filosofia, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais (Profciamb), Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral (UFPR Litoral), Matinhos/PR, Brasil. e-mail: edna_meiracoelho@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3868-464X>

the community's relationship with a fundamental nature for both movements, both projects of society are society as alternatives against the hegemonic power that alienated man from nature and movements, in order to create means of struggle and resistance to the power of large landowners and global capitalism, which has a grassroots origin colonial, through the struggle for land and the defense of nature. In conclusion, it was considered that both the MST and Bem Viver have common points in their theoretical and practical foundations of existence, and it is necessary in future works to go deeper into which points there is a gap between them.

Keywords: *Collectivity; Social Movement; Anticolonial.*

1 Introdução

O objetivo deste artigo foi analisar os pontos de aproximação entre a Educação Popular no MST e as propostas do Bem Viver. A compreensão desses dois movimentos pode levantar alternativas para repensar a vida planetária. Desta forma, buscou-se encontrar bases teóricas para promover reflexões que pudessem contribuir e influenciar o debate às futuras gerações e sua relação social/comunitário com a Terra/*Pachamama*.

O Movimento das e dos Trabalhadores Sem Terra (MST) constituiu-se como um dos maiores movimentos sociais do Brasil. Suas ações sociais, políticas e de educação popular, vem sendo pesquisadas e debatidas como, por exemplo, pelas autoras Caldart (2000), Miranda e Schwendler (2010) e Paludo (2010) que discutem a pedagogia da luta pela terra; assim, como Boneti (2010) que discute o caráter educativo da agricultura camponesa. Contudo, pouco se tem estudado sobre as possíveis relações entre o caráter educativo do MST e suas práticas político-pedagógicas com relação à proposta do Bem Viver, que segundo Acosta (2016) tem origem nos povos originários de AbyaYala, e propõe uma alternativa ao modelo de desenvolvimento de origem colonial e base capitalista.

Dentro do capitalismo não há solução para a vida; fora do capitalismo há incerteza, mas tudo é possibilidade. Nada pode ser pior que a certeza da extinção. É tempo de inventar, é tempo de ser livre, é tempo de Bem Viver (CECENÃ, 2011 apud ACOSTA, 2016). Observa-se, ainda, nas Diretrizes da Educação do Campo, do Estado do Paraná (2006, p.9), os sujeitos do campo com direito a uma educação pensada, desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à cultura e as suas necessidades humanas e sociais. O Bem Viver é uma oportunidade para construir outra sociedade, sustentada em uma

convivência cidadã, em diversidade e harmonia com a Natureza, a partir do conhecimento dos diversos povos culturais existentes no país e no mundo (TORTOSA, 2011 apud ACOSTA, 2016).

2 Metodologia

É usual o desenvolvimento de uma revisão bibliográfica narrativa para debater as tipologias de pesquisa mais comuns e simplificadas do âmbito acadêmico e científico. Inclusive, é comumente que este método fosse escolhido, principalmente, por desejar expor-se uma reflexão acerca do referencial teórico. Isso porque, neste conteúdo, apresenta-se revisão bibliográfica do tema abordado.

Para a realização da pesquisa, foi feita a revisão bibliográfica do que se tem publicado sobre estes temas, de forma a constituir a base teórica, que permitiu tecer o conjunto de ideias explicitadas. A pesquisa foi referenciada entre os anos 2000 e 2021. As informações foram colhidas por meio de pesquisa documental disponível sobre a formação destes dois movimentos: MST e o Bem Viver.

3 Desenvolvimento

A questão agrária esteve visível em diferentes conjunturas políticas, em função da atuação dos movimentos que reivindicam reforma agrária, muito embora ela tenha sido tratada como problema social, como diz Martins (2000), e não como questão estrutural.

Segundo Boneti (2010), a agricultura camponesa guarda em sua constituição um caráter educativo, pois está associada às relações familiares e comunitárias, que se constituem parte integrante e essencial do modo de vida da população camponesa

(BONETI, 2010). Acosta (2016), igualmente, apresenta o Bem Viver como uma oportunidade para construir *coletivamente* novas formas de vida.

Percebe-se que, historicamente, os povos do campo demonstraram sua organização por meio da reivindicação de condições de trabalho, divisão da terra, de forma a garantir a produção de subsistência, a reforma agrária, a delimitação territorial das terras dos povos indígenas, a indenização pelos danos gerados nas áreas de construção de usinas hidrelétricas. (PARANÁ, 2006, p. 43).

Conforme Caldart (2000), a experiência do MST, trata-se de compreender a intencionalidade do Movimento no processo através do qual ele próprio vai se transformando em cultura, ou em um movimento cultural que, ao se materializar em um determinado jeito de ser e de viver dos sem-terra, vai projetando (pela realização que é concreta, mas ainda fragmentada, dispensa e nem sempre consciente) um modo total de vida, que ao mesmo tempo em que pode ser situado naquele distinto crucial de um modo de vida da classe trabalhadora, tem as mediações específicas produzidas por esta coletividade em movimento. (CALDART, 2000, p. 227-228).

Para Caldart (2000), fazer parte da coletividade do MST é, sem dúvida, uma das experiências decisivas na conformação humana do sujeito Sem Terra. Na experiência de formação dos sem-terra pelo Movimento, pois, a organização coletiva também figura como princípio educativo. Nesse sentido, pode-se começar a entender que a construção identitária dos sujeitos dentro do Movimento Social dos Sem Terra parte do individual para o coletivo, bem como a reflexão proposta por Acosta (2016) através da filosofia do bem viver.

O Bem Viver será, então, uma tarefa de (re) construção que passa por desarmar a meta universal do progresso em sua versão produtivista e do desenvolvimento enquanto direção única, sobretudo em sua visão mecanicista do crescimento econômico e seus múltiplos sinônimos. (ACOSTA, 2016, p. 69).

Nessa perspectiva, a experiência de participar da organização MST é educadora dos sem-terra basicamente pelas relações sociais que produz e reproduz, e que acabam interferindo pedagogicamente em diversas dimensões do ser humano, e ao mesmo tempo, problematiza e propõe valores, altera comportamentos, destrói e constrói concepções, costumes, ideias. É desta maneira que vai

conformando a identidade Sem Terra. (CALDART, 2000, p. 220).

De acordo com Conceição Paludo (2010), a Educação Popular vai emergir da resistência do povo da América Latina na organização dos movimentos populares e pela luta de direitos, entre eles, o direito à educação. Neste sentido, a Educação Popular se apresenta como um conjunto teórico e prático proveniente das classes populares e que está indissociavelmente ligado à luta de classes, em busca da transformação da sociedade

Caldart (2000) apontou que, se existe esta identificação de origem entre a produção agrícola, a cultura e a educação, todos vinculados à ideia de movimento, ou de processo de transformação, não parece difícil compreender que também existe uma relação educativa entre os Sem Terra e a terra, terra de luta e de produção, terra de movimento, terra de sentimento, e uma das dimensões básicas de sua raiz.

Dessa forma, Caldart (2000, p. 221), refletiu que, talvez, a matriz educativa historicamente mais antiga que o MST põe em movimento na formação dos sem-terra: a que mistura o cultivo do ser humano com o cultivo da terra, com o trabalho e a produção. A terra de cultivo é também terra que educa quem trabalha nela; o trabalho educa; a produção das condições materiais de existência também educa.

Nessa direção, o Bem Viver deve ser considerado parte de uma longa busca de alternativas de vida forjadas no calor das lutas populares, particularmente dos povos e nacionalidades indígenas. São ideias surgidas de grupos tradicionalmente marginalizados, excluídos, explorados e até mesmo dizimados. São propostas invisibilizadas por muito tempo, que agora convidam a romper radicalmente com conceitos assumidos como indiscutíveis. Estas visões pós-desenvolvimentistas superam as correntes heterodoxas, que na realidade miravam a “desenvolvimentos alternativos”, quando é cada vez mais necessário criar “alternativas de desenvolvimento”. É disso que se trata o Bem Viver. (ACOSTA, 2016, p. 70).

De acordo com Acosta (2016), com a chegada dos colonizadores à *AbyaYala*, iniciou-se o processo de ocupação, exploração e colonização da natureza e dos povos que aqui viviam. Junto a este movimento, inaugurado pelos europeus, desencadearam-se práticas de resistência por parte das populações originárias, e em seguida, somaram-

se a este conjunto de mecanismos de defesa, a luta pela existência dos povos africanos sequestrados e trazidos ao continente para incrementar com sua força de trabalho os lucros destinados à criação da burguesia europeia. Graças ao roubo e ao saque, à superexploração da mão de obra e ao aparecimento de desconhecidas enfermidades, produziu-se um massivo genocídio. Esta autêntica hecatombe demográfica levou-se a cabo, em última instância, em nome do progresso e da civilização ocidental e cristã. Para sustentar a produção econômica, ameaçada por tal genocídio, recorreu-se ao violento traslado de grande quantidade de mão de obra africana. A escravidão, existente havia muito tempo, permitiu o desenvolvimento global do capitalismo nascente (ACOSTA, 2016, p.105-106).

Cabe destacar que, como propõe Silvia Federici (2010), o processo de exploração e colonização das Américas esteve intimamente ligado aos cercamentos das terras no Reino Unido, e a perseguição das mulheres que foram classificadas como ‘bruxas’ pelas instituições religiosas com o apoio do Estado, afastando cada vez mais as relações do campesinato europeu com a natureza, e do controle do próprio corpo pelas mulheres, para formar a nova classe operária que, sem condições de se manter no campo, migra para os grandes centros urbanos a fim de vender sua força de trabalho em troca de sua subsistência. O advento da modernidade e das navegações impulsionado pelos ideais iluministas, centravam sua atenção no homem (masculino, dominador, racional) e contribuíam para a formação de uma teoria que embasava o surgimento da nova classe dominante, a burguesia. Investimentos de poder exercidos sobre seus corpos e modos de vida.

Resgatar a própria história, desde a narrativa do oprimido, possibilita o reconhecimento e valoração de si mesmo, entendendo os processos que resultaram na precarização passada e atual daqueles que foram desde o desembarque europeu considerados descartáveis. A memória e a luta constituem-se como elementos importantes deste enfrentamento. O poder colonial, em desenvolvimento, precisou garantir sua superioridade sobre aqueles aos quais estava dominando, constituindo a desumanização como um dos eixos centrais da investida europeia em *AbyaYala*, neste processo. Segundo Quijano (2005):

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às

relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e consequentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. (QUIJANO, 2005, p.118).

A perversidade da estrutura colonial baseada no preconceito e na discriminação racial desumaniza o próximo, para com isso, falsear uma pretensa superioridade inventada e justificar o tratamento cruel que infligem a todo não europeu. Segundo Fanon (2008):

todas as formas de exploração se parecem. Todas elas procuram sua necessidade em algum decreto bíblico. Todas as formas de exploração são idênticas pois todas elas são aplicadas a um mesmo “objeto”: o homem. Ao

considerar abstratamente a estrutura de uma ou outra exploração, mascarase o problema capital, fundamental, que é repor o homem no seu lugar. (FANON, 2008, p.87).

O problema da desumanização é central na perspectiva de Fanon (2008). E como, exposto acima, as formas de exploração buscam sua justificação em algo maior que elas mesmas, seja a religião ou a (pseudo) ciência, e com uma base supostamente legítima reafirmam seus atos bárbaros. A aceitação involuntária e subconsciente por parte do oprimido aparece com um dos lados mais cruéis do sistema racial colonial.

Fanon (2008) diz que é preciso “... tomar consciência de uma nova possibilidade de existir” (FANON, 2008, p. 95). Esse processo de tomada de consciência contribui para fortalecer e reafirmar sua humanidade frente ao preconceito colonial. Conscientização como humanização repercute em uma nova forma de ser e estar no mundo, redescobrimo seu valor enquanto sujeito e de sua cultura.

A proposta do Bem Viver, como alternativa aos modelos de desenvolvimento, apresentada por Acosta (2016), resgata valores dos povos marginalizados e leva em conta os problemas sociais derivados do colonialismo. A aproximação com demais autores citados, até o momento no texto, contribui para uma epistemologia anticolonial que constrói as bases teóricas de um projeto educativo e de sociedade.

Sobre o Bem Viver, Acosta (2016) defendeu que não é apenas um sonho futuro, mas algo que, também, já está em movimento ao redor do mundo, tem formação comunitária, surgindo como resposta aos problemas locais, e que refletem no cenário político global como no caso da Iniciativa Yasuni-itt (ACOSTA, 2016). De acordo com Caldart (2000), do ponto de vista pedagógico, a afirmação foi de que, os sem-terra se educam no processo, de modo geral tenso e conflituoso, de transformar-se como camponês, sem deixar de sê-lo, o que quer dizer, buscando construir relações de produção (e de vida) que já não são próprias do campesinato tradicional, de onde muitos sem-terra têm origem, mas que constituem vinculadas (econômica, política e culturalmente) à sua identidade (de raiz) camponesa. (CALDART, 2000, p.224).

O MST não quer apenas lutar pela terra, quer fazer a Reforma Agrária e alterar o modelo de desenvolvimento da agricultura, e do campo como um todo. Para Caldart (2000), quer também formar novos seres humanos, sujeitos criativos de sua própria história. Fugindo da redução academicista propõe que “O Bem Viver não é um simples conceito, mas, uma vivência.” (ACOSTA, 2016, p. 82). Está em constante formulação e reformulação e projeta uma sociedade que defenda os Direitos Humanos e da Natureza. A humanidade, nesta perspectiva, não está fora da Natureza, mas faz parte dela.

A educação como princípio fundamental na mudança de paradigma da relação da sociedade com a natureza, precisa transferir a visão antropocêntrica com base na modernidade colonial, para uma visão sociobiocêntrica que considere a diversidade de culturas de ser e estar no mundo, e os direitos próprios de todos os seres (rios, montanhas, florestas, animais, ecossistemas como um todo) de habitarem o planeta. Acosta (2016, p.123) afirma que “Para libertar a Natureza da condição de mero objeto de propriedade dos seres humanos, foi – e continua sendo – necessário um grande esforço político para reconhecê-la como sujeito de direitos”.

Na experiência do MST trata-se de compreender a intencionalidade do Movimento no processo através do qual ele próprio vai se transformando em cultura, ou em um movimento cultural que, ao se materializar em um determinado jeito de ser e de viver dos sem-terra, vai projetando (pela realização que é concreta, mas ainda fragmentada, dispensa e nem sempre consciente) um modo total de vida, que ao mesmo tempo em que pode ser situado naquele distinto crucial de um modo de vida da classe trabalhadora, tem as mediações específicas produzidas por esta coletividade em movimento. (CALDART, 2000, p. 227).

A dimensão da história poderia ter sido colocada como um desdobramento da pedagogia da cultura, já que estão muito ligadas. Caldart (2000) destacou como matriz pedagógica específica por dois motivos. O primeiro propõe a valorização da história; e o segundo refere-se a importância de chamar a atenção para uma potencialidade pedagógica nem sempre trabalha como tal. Estudar história não é necessariamente deixar-se educar por ela, embora esta também seja uma das condições para que isto aconteça.

Na busca pela aproximação dos dois projetos de sociedade, presentes em ambos os movimentos, identificou-se tanto no MST quanto na proposta do Bem Viver, algumas similitudes. São elas: a ligação com a terra/natureza na formação da identidade cultural e social, a promoção de espaços democráticos locais e a crítica ao modelo capitalista, superando com uma postura anticolonial, vinculado ao processo histórico, social, cultural, territorial e biológico.

4 A relação humanidade x natureza na formação da identidade

A relação do campesinato com a terra, vai muito além de considerá-la como mera fonte de renda, pois a trabalhadora e o trabalhador do campo constroem sua existência enquanto produzem sua existência a partir da relação com a terra. A agricultura camponesa, segundo Boneti (2010) congrega hábitos culturais, mais que tecnológicos, que levam a uma relação harmoniosa com a natureza, respeitando os ciclos naturais, “Em outras palavras, fazer agricultura camponesa significa construir laços culturais envolvendo o meio natural como fator produtivo” (BONETI, 2010, p. 57).

Dentro do MST, a natureza também se caracteriza como parte da identidade do trabalhador e da trabalhadora Sem Terra, e o resgate de práticas de agriculturas contra-hegemônicas como a agroecologia vem ganhando cada vez mais espaço, desde a primeira edição da jornada de agroecologia na cidade de Ponta Grossa, o movimento vem incentivando agricultores e formando o campesinato para produzir alimentos sem agrotóxicos, como na Escola Latino Americana de Agroecologia que localiza-se dentro do Assentamento do Contestado, na cidade da Lapa – PR, e o Acampamento José Lutzenberg, na cidade de Morretes– Pr, para citar alguns espaços onde se produz agroecologia. Segundo Da Silva, Balestrin e Brandenburg (2018):

Pode-se dizer que a agroecologia fornece as bases científicas, técnicas e metodológicas para outro paradigma, ou seja, uma revolução na agricultura a nível local e mundial. Neste processo o agricultor familiar camponês é o que mais tem proximidade com esta proposta, pois preserva muitos saberes da ancestralidade assim

como mantém forte conexão com a natureza. (DA SILVA; BALESTRIN; BRANDENBUR, 2018, p. 89)

Em consonância com a relação dos povos do campo e a natureza, o Bem Viver mobiliza as comunidades a se integrarem com o meio ambiente, considerando a natureza enquanto sujeita de direitos. O Bem Viver, traz uma concepção holística do ser humano e da natureza, partícipes de um Todo planetário, que compartilham o mesmo destino. Segundo Krenak (2019):

Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade. Enquanto isso — enquanto seu lobo não vem —, fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza. (KRENAK, 2019, p. 9-10).

5 Espaços democráticos

O MST busca construir espaços democráticos dentro do movimento, como a criação de núcleos de base e a formação política de seus integrantes, facilitando e promovendo a participação de todos nas tomadas das decisões, bem como com a luta pela Educação do Campo e a pedagogia do Movimento. Entre um dos avanços democráticos alcançados pelo MST, está a paridade de gênero na coordenação dos núcleos de base desde 2000 (SCHWENDLER, 2015).

O Bem Viver também aponta a necessidade de participação política nas esferas locais. A proposta paradigmática do Bem Viver urge uma nova economia que esteja a serviço das pessoas, uma profunda responsabilidade com uma gestão democrática da comunidade para a comunidade e superar o extrativismo imposto aos países do Sul Global estabelecendo a Natureza como sujeita

de direitos. O desafio do Bem Viver, proposto por Acosta (2016) implica:

ir gestando localmente espaços de poder real, verdadeiros contrapoderes de ação democrática nas esferas política, econômica e cultural. A partir delas, se poderão forjar os embriões de uma nova institucionalidade estatal, de uma renovada lógica de mercado e de uma nova convivência social. (ACOSTA, 2016, p. 168).

A busca por este “novo mundo” certamente não se constitui como uma tarefa fácil e com respostas prontas, porém, a catástrofe ambiental e social em desenvolvimento, e que avança cada vez mais rapidamente, demanda um esforço coletivo em resgatar e criar uma nova relação entre os grupos sociais e a natureza e uma nova configuração do Estado Democrático de Direito.

6 Crítica ao capitalismo

O MST tem em seu projeto de sociedade uma clara proposta anti-imperialista e anticapitalista, inserindo-se na luta contra o sistema econômico vigente e toda miséria e alienação que dele provém. O projeto popular do MST busca construir uma sociedade socialista, que garanta o direito às e aos trabalhadores a possibilidades de trabalho e vida dignos e acesso aos meios de produção.

O Bem Viver propõe uma cosmovisão diferente da ocidental, posto que surge de raízes comunitárias não capitalistas. Rompe igualmente com as lógicas antropocêntricas do capitalismo enquanto civilização dominante e com os diversos socialismos reais que existiram até agora – que deverão ser repensados a partir de posturas sociobiocêntricas e que não serão atualizados simplesmente mudando seus sobrenomes. Não esqueçamos que socialistas e capitalistas de todos os tipos se enfrentaram e ainda se enfrentam no quadrilátero do desenvolvimento e do progresso (ACOSTA, 2016, p.722).

7 Considerações finais

O MST enquanto movimento social, proveniente da organização do campesinato, na busca do direito

ao uso da terra para trabalhar e produzir, não só alimentos, como, também, o modo de vida do camponês e da camponesa, e suas relações sociais e afetivas. Trazendo para dentro da luta política o caráter educativo da agricultura camponesa. E vem, nos últimos anos, ampliando as experiências em agroecologia, como uma prática de aprofundamento das relações com a natureza, buscando garantir a soberania alimentar como justiça social e ambiental, de uma forma que aproxima-se com o Bem Viver.

As autoras e autores apresentados, evidenciam o caráter pedagógico do movimento e da luta pela terra como processo educativo. Situando a participação e formação política como parte intrínseca da Educação do Campo no MST. Tendo sido feita no decorrer do texto a relação com a organização comunitária e de novos espaços democráticos locais presentes no Bem Viver.

E como demonstrou-se, ambos os projetos de sociedade constituem-se como propostas contrárias às forças hegemônicas. Uma vez que, as pessoas organizadas que vivenciam uma relação próxima com a natureza e buscam, de alguma maneira, criar meios de luta e de resistência em defesa da terra/*pachamama* apresentando-se como alternativa contra o poder do latifúndio e do capitalismo global, de origem colonial exploratória.

Compreendeu-se, desta maneira que, para superar o modelo colonial e capitalista de relação com a terra/*pachamama*, é necessário entender que a postura adotada por esses movimentos, que discutiu-se aqui, são alternativas que podem ser a resposta para a busca de um futuro possível para a humanidade em harmonia com a natureza. Sendo significativo discutir como a influência capitalista aliena a relação das pessoas com a natureza, com o trabalho e com a comunidade. Deixa-se em aberto a possibilidade de aprofundar futuramente aqueles pontos em que o MST e o movimento do Bem Viver se distanciam, onde certamente, outros pontos de análise podem ser feitos.

Referências

ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar novos mundos. 2. ed. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

BONETI, L. W. A agricultura camponesa hoje e seu caráter educativo. In: MIRANDA, S. G.; SCHWENDLER, S. F. (Org). **Educação do Campo em movimento**: Teoria e Prática Cotidiana. Curitiba; Editora UFPR, 2010. V. I. p. 55-67.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

DA SILVA, S. A.; BALESTRIN, N.L.; BRANDENBURG, A. A agroecologia como um projeto em construção no movimento dos trabalhadores rurais sem terra – MST. *GeoPantanal*, Corumbá, v. 13, n. 24, p. 85-98, jan./jun. 2018.

FANON, F. **Peles Negras Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEDERICI, S. **Calibán y La Bruja**: Mujeres, cuerpo y acumulación originaria. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MARTINS, J. S. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível. **Tempo Social**, v. 11, n. 2, p. 97-128, 1999.

MIRANDA, S. G.; SCHWENDLER, S. F. (Org). **Educação do Campo em movimento**: Teoria e Prática Cotidiana. Curitiba: Editora UFPR, 2010. V. I.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba: 2006. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz_edcampo.pdf>

PALUDO, C. Educação Popular e Educação (Popular) do Campo. In: MIRANDA, S. G.; SCHWENDLER, S. F. (org). **Educação do Campo em movimento**: Teoria e Prática Cotidiana. Curitiba: Editora UFPR, 2010. V. I., p.245-265.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, A. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SCHWENDLER, S. F. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. In: **Educar em revista**. Curitiba, N. 55, p.87-109. Jan./Mar.2015.